



5-2018

Representação e Comportamento Político na Perspetiva do Género em Cabo Verde

Roselma Évora

Follow this and additional works at: <http://vc.bridgew.edu/jcvs>

 Part of the [Critical and Cultural Studies Commons](#), and the [International and Area Studies Commons](#)

Recommended Citation

Évora, Roselma. (2018). Representação e Comportamento Político na Perspetiva do Género em Cabo Verde. *Journal of Cape Verdean Studies*, 3(1), 58-65.

Available at: <http://vc.bridgew.edu/jcvs/vol3/iss1/4>

Copyright © 2018 Roselma Évora

Representação e Comportamento Político na Perspetiva do Género em Cabo Verde

Dr. Roselma Évora¹
University of Cabo Verde

Resumo

O artigo apresenta um retrato da representação política por sexo em Cabo Verde após a abertura política feita em 1991. Ainda que a democracia tenha permitido trazer a participação das mulheres nas esferas de decisão do país, as evidências indicam uma profunda desigualdade de representação das mulheres no processo de decisão do arquipélago. Para compreendermos esse retrato tomamos em conta as dimensões institucionais e culturais, considerando tais dimensões determinantes para entendermos o desequilíbrio de representação daquele país.

Palavras-chaves: representação política, género, democracia, Cabo Verde.

Cabo Verde é uma das raras democracias onde encontramos a paridade de representação por sexo nos cargos ministeriais. Este exemplo animador está contudo, longe de representar uma realidade social e política onde predomina a equidade de género entre homens e mulheres, existindo antes, uma grande diferença de representação entre os sexos nas principais instâncias de decisão na esfera pública daquele pequeno país. Este artigo tem por objetivo apresentar um retrato da representação política por sexo e algumas características do comportamento político em Cabo Verde levando em consideração, a dimensão género.

A democratização do arquipélago em inícios dos anos 90 do século 20 possibilitou, uma relativa visibilidade da questão da participação equitativa por género no país após um período de omissão dessa problemática nos anos seguintes á independência nacional em julho de 1975. Coutinho (2011) afirma que no processo de independência política, as mulheres caboverdeanas tiveram uma presença ativa na participação na luta de libertação nacional conduzida pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo

¹ Dr. Roselma Évora is professor of Political Science and Gender Studies at the University of Cabo Verde. Her research interests include political participation and democratic governance, gender and political equality.

Verde) mas que depois seriam remetidas á sombra no período pós independência. Uma das razões dessa invisibilidade da mulher em posições públicas importantes com o surgimento do Estado seria resultado do que aquela autora designa de *déshistoricisation*, conceito que pega empestado do Pierre Bourdieu e significa que a sociedade caboverdeana passou por um processo de recriação das suas estruturas sociais, onde acaba por prevalecer a dominação masculina. Para além disso, Coutinho sustenta que esta dominação masculina é reproduzida na construção da memória da luta de libertação nacional, omitindo a presença das mulheres, reproduzindo os relatos desta memória no masculino o que consolida ainda mais aquela dominação.

Costa (2011) por sua vez questiona a visibilidade da participação da mulher no período pós-abertura política. Aquele autor é firme em considerar a paridade do elenco governamental como sociologicamente enganador e sobretudo lembra-nos que a nomeação política não resulta da eleição direta. Apesar de a democracia ter possibilitado ganhos no que diz respeito á participação equitativa dos sexos nas esferas principais de decisão de Cabo Verde, vinte e cinco anos depois após a mudança do regime político e da institucionalização da democracia, a participação das mulheres na esfera pública contínua minoritária o que tem dificultado a consolidação de uma democracia inclusiva e justa.

Analisando o percentual da presença de mulheres nas esferas de poder nacional e local (Executivo e Legislativo Municipal) fica evidente que as mulheres em Cabo Verde constituem uma minoria nos principais cargos de decisão política.

Gráfico 1: Parlamentares da Assembleia Nacional por Sexo

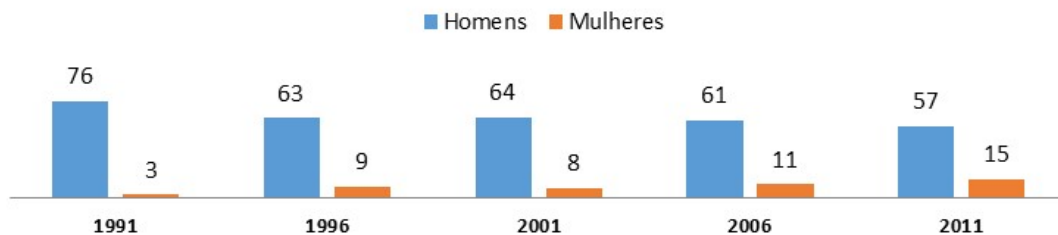
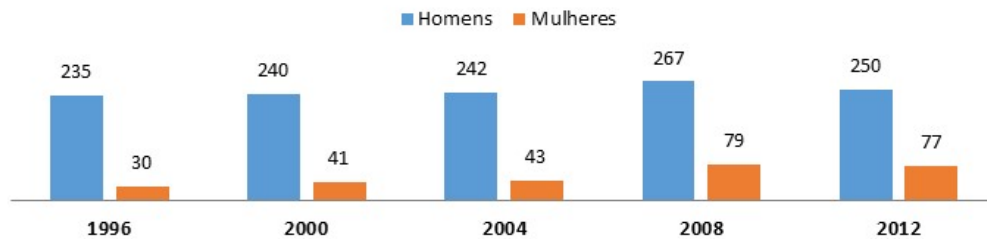
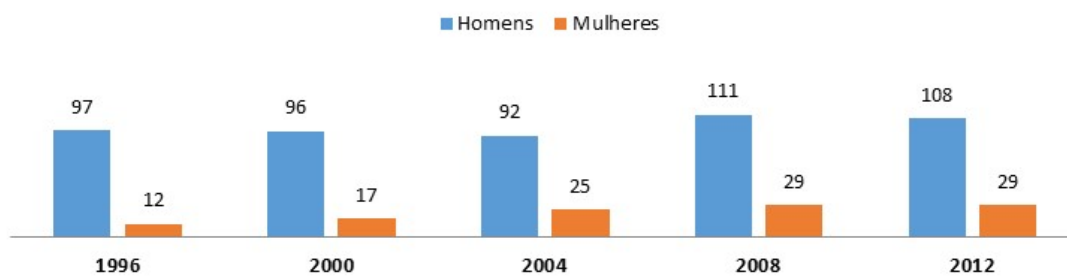


Gráfico 2: Parlamentares das Assembleias Municipais por Sexo**Gráfico 3: Composição dos Executivos Locais por sexo**

Variáveis de cunho institucional, ligados ao sistema eleitoral vigente em Cabo Verde e da cultura política enraizada desde a colonização portuguesa, explicariam, a desigualdade de representação entre os sexos nas esferas de decisão do arquipélago.

Cabo Verde utiliza o sistema eleitoral proporcional de lista fechada e bloqueada. Significa, segundo Silva:

“Ao estabelecer que a apresentação de candidaturas cabe aos órgãos competentes dos partidos políticos ou das coligações de partidos políticos, o Código [Eleitoral] remete para os estatutos dos partidos políticos e os pactos de coligação a definição do órgão que escolhe os candidatos. Este órgão não só os candidatos mas também procede a sua ordenação, determinando o lugar que cada um ocupa na lista. A lista apresentada é assim uma lista fechada e bloqueada o que quer dizer que o eleitor não pode acrescentar mais nomes, nem alterar a ordem pela qual foram apresentadas pelos partidos ou grupo de cidadãos.” Silva (2007:287).

Para além do sistema eleitoral caboverdeano ser proporcional e de lista fechada e bloqueada, o arquipélago é predominantemente constituído por círculos eleitorais de baixa magnitude que aliada á lista fechada e bloqueada condiciona a eleição das mulheres. Uma vasta literatura (IDEA, 2002; Blasco, 2012; Matland, 2007) defende que o sistema eleitoral

proporcional de lista fechada e bloqueada é a que menos favorece a eleição das mulheres em cargos de decisão política.

Costa (2011) e Monteiro (2013) sustentam que a lógica patriarcal que caracteriza a cultura caboverdeana, se reproduz nos partidos políticos, onde prevalece uma dominação masculina. Essa dominação patriarcal é caracterizada por uma tradição cultural discriminatória, onde o domínio do poder e da decisão compete aos homens e, á mulher, cabe o estatuto restrito ao espaço doméstico, longe da esfera pública.

Monteiro (2013) nos seus estudos apresenta evidencias que comprovam que no período democrático, as mulheres encontram sub-representadas nas listas eleitorais, ocupam posições secundarias, em posições não elegíveis, o que reflete a preservação de um sistema de sub-representação nas estruturas de poder apesar dos avanços.

Na sua tese de doutoramento, Gomes (2011) demonstra evidências desta sub-representação nos cargos diretivos dos dois maiores partidos políticos caboverdeanos. Apesar de recentemente um dos partidos eleger uma mulher para a presidência - o PAICV, a presença das mulheres nas estruturas das direções partidárias é ainda bastante residual e minoritária.

Quadro 1: Composição da Direção Nacional dos Principais Partidos em Cabo Verde

	Ano 2002			Ano 2006		
	Total	Nº Mulheres	% Mulheres	Total	Nº Mulheres	% Mulheres
PAICV	50	6	12%	82	21	26%
MPD	45	16	36%	65	10	15%

Fonte: Gomes, C. 2011

A baixa representatividade das mulheres na política é também reflexo de uma desigualdade estrutural onde os valores sociais impostos segundo Monteiro (2013), confirmam a dominação masculina e reflete por exemplo, numa divisão desigual de trabalho claramente favorável ao sexo masculino e penalizando o feminino.

Um estudo recente realizado pela representação das Nações Unidas (PNUD, 2013), em Cabo Verde evidencia uma diferença entre os sexos no que diz respeito ao interesse e

conhecimento da política, e confirma em parte, a desigualdade estrutural e social entre os sexos que Monteiro chama atenção, com reflexo em dimensões importantes para participação política e o papel dos sexos na esfera pública.

O estudo das Nações Unidas indica que há diferenças quanto ao nível de interesse entre os sexos pela política e, que, as mulheres estão expostas a menos tempo para obter informação sobre a política que os homens.

Gráfico 4: Nível de interesse pela Política por sexo

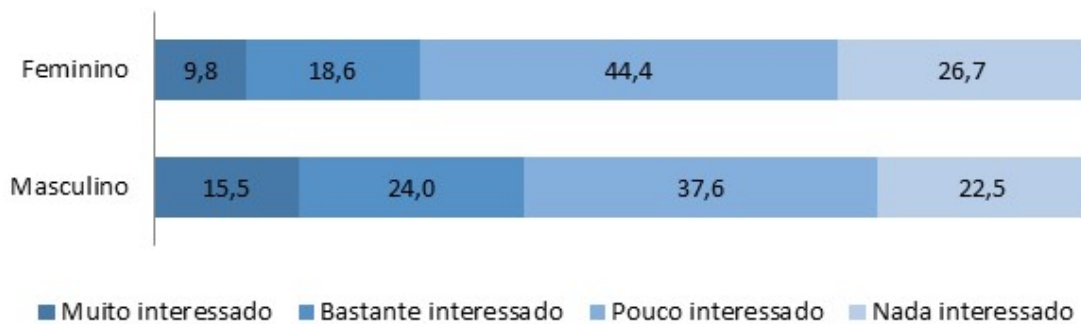
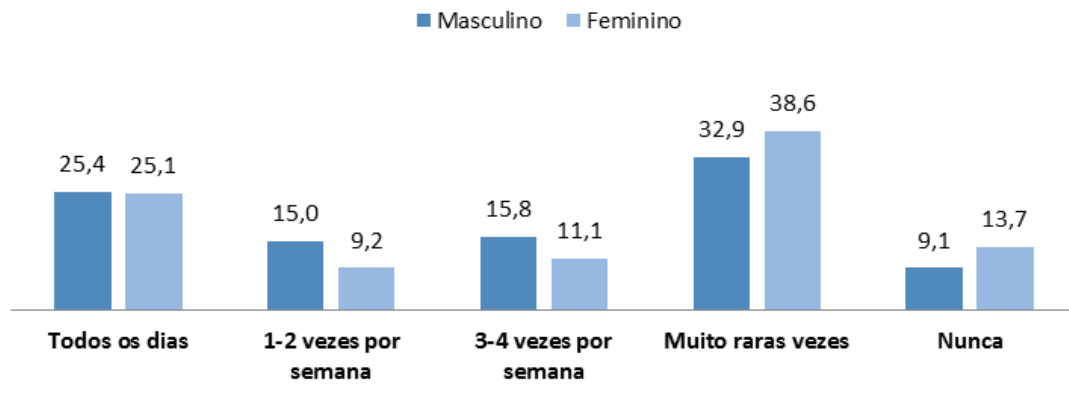


Gráfico 5: Frequência que os sexos estão sujeitos a Informações sobre a Política (ouvem, vêem e lêem notícias sobre política nos meios de comunicação)



Num dos testemunhos retratados por Monteiro (2013), a constatação da diferença do recurso tempo e seu reflexo na motivação da participação na esfera pública é reconhecido assim:

“Quando se diz que a mulher não tem tempo, não tem mesmo! Não tem, porque resulta de uma divisão social de trabalho que imputa à mulher uma quantidade de responsabilidade que o homem não tem, acrescida de estar numa sociedade em que toda a responsabilidade pela reprodução biológica

e social da unidade familiar compete a ela, e não ao homem. Você dá ao homem um tempo que a mulher não tem. E ele pode entrar na política ou em outras coisas.” (Monteiro, 2013: 421).

Por outro lado também, Monteiro (2013) alerta do perigo de se enaltecer a paridade governamental como um ganho absoluto, levando a leituras sociologicamente enganadoras. Não podemos perder de vista que se trata de uma representação top-down e não bottom-up excluindo ainda as mulheres das camadas mais baixas da sociedade que tão estão excluídas do mercado de trabalho e dos espaços de representação política e da vida cultural. Segundo Monteiro, as mulheres ministras vêm de uma categoria social privilegiada, da classe média, uma parte dela representam a segunda geração da elite burguesa-política administrativa da pós-independência do arquipélago e foram favorecidas pelo meio familiar de origem, constituindo dessa forma a reprodução social da elite política e não o alargamento das bases de recrutamento. Essa representação top-down das mulheres ministras pouco traduz a imagem das mulheres caboverdeanas.

“Em termos sociais, verifica-se efetivamente que as mulheres-ministras são oriundas, tanto como os homens ou um pouco mais do que eles, de meios sociais privilegiados. Em relação ao meio familiar de origem, algumas delas manifestam maior herança da classe média, tendo ligações familiares com a antiga burguesia agrária, a burguesia comercial, a geração da luta pela independência nacional e a burguesia político-administrativa da era pós-independência. Por isso, algumas delas afiguram-se como uma segunda geração da elite caboverdeana no contexto da pós-independência. Deste modo, verifica-se o caráter favorecido do meio familiar de origem. Nesta ordem de ideias, a paridade de género conduz à constatação simbólica da reprodução social da elite política, ao invés do alargamento das bases do recrutamento ou da subversão do modelo de seleção tecnocrático de membros do Governo. De certa maneira, as mulheres-ministras em muito pouco ou nada refletem a imagem das mulheres caboverdeanas na sua diversidade.” (Monteiro, 2013: 443).

Seria interessante pesquisar as histórias de vida das mulheres caboverdeanas na política e através das suas biografias identificar as barreiras e motivações que determinaram a escolha para entrar na esfera pública.

Conclusão

Considerado pela literatura como uma referência de democracia no continente africano, o regime democrático de Cabo Verde ainda é pouco inclusivo no que diz respeito

á justa representação dos sexos nas esferas de decisão política. Ainda que a democracia possa ter contribuído por trazer para agenda do país, a questão da representação igualitária para homens e mulheres, nas esferas de decisão e, também, ter proporcionado uma maior visibilidade da participação política das mulheres em cargos de decisão desde a abertura política em 1991, o retrato da representação política por género no arquipélago indica uma profunda desigualdade e evidencia que as mulheres constituem uma minoria nas principais esferas de decisão do país.

Essa representação minoritária pode ser explicada, por um lado, em razão de variáveis institucionais e culturais. Considerando o peso do sistema eleitoral e partidário do país onde os membros para as esferas nacionais, são eleitos com base no sistema de lista fechada e bloqueada, estudos indicam que as mulheres são colocadas em posições não elegíveis. O modelo institucional vigente no país não favorece a eleição das mulheres.

Igualmente importa considerar o peso dos aspetos culturais no retrato da representação por género aqui apresentado. Em Cabo Verde os valores sociais vigentes confirmam uma discriminação estrutural de papéis entre os sexos. O domínio do poder, da decisão e da esfera pública como espaços do homem e o espaço doméstico como domínio da mulher. Essa divisão cultural desigual dos papéis sociais entre os sexos tem depois reflexo no comportamento político entre os géneros e na disponibilidade para a participação política da mulher nas instancias partidárias, aspeto determinante para o exercício do poder.

Com mais de duas décadas de democracia estabelecida, e pelo lento avanço na mudança da configuração do retrato da representação política do arquipélago, Cabo Verde necessita de políticas de ação afirmativa como solução para promover uma Nação mais inclusiva e justa.

Bibliografia Consultada

- Blasco, Gemma Bardají. *La Representación Política en Disputa: Marco Conceptual Para El Análisis de Los Sistemas Electorales com Pesppectiva de Género*. República Dominicana: UN –Instraw, 2010.
- Costa, Suzano. *Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático*. In Silva, C e Fortes (Orgs). *As Mulheres Em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*. Edições Uni-CV, Coleção Sociedade, Vol. 4, Praia, 2011.
- Coutinho, Ângela. *Mulheres na «Sombra»: As Cabo-verdianas e a Luta de Libertação Nacional*. In Silva, C e Fortes (Orgs). *As Mulheres Em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*. Praia: Edições Uni-CV, Coleção Sociedade, Vol. 4, 2011.
- Gomes, Crispina. *Mulher e Poder: o caso de Cabo Verde*. Praia: Ed IBNL, 2011.
- IDEA. *Les Femmes au Parlement: Au-delà du nombre*. Série Manuels. Stockholm: Ed IDEA, 2002.
- Matland, Richard. *Institutional variables Affecting Female Representation in National Legislatures: the case of Norway*. *The Journal of Politics*, Vol 55, Nº 3, August 1991, pp 737-755.
- Monteiro, Eurídice. *Quem Governa? Da Ausência à Emergência de Mulheres no Campo Político em Cabo Verde*. In Sarmiento e Costa (Orgs). *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Almedina, 2013.
- Pnud. *Estudo Sobre Participação Eleitoral em Cabo Verde: uma perspectiva de Género*. Projeto de Apoio ao Ciclo Eleitoral nos Países de Língua Oficial Portuguesa e Timor Leste. Praia: PNUD/UNICEF/UNFPA, 2014.
- Silva, Mário. *Código Eleitoral*. Praia: Ed do Autor, 2007.